

Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Especialista em Gestão Estratégica de Negócios pela Faculdade Adventista da Bahia - FADBA/IAENE. Graduado em Administração de Empresas pela FADBA/IAENE. Dedicou-se aos estudos sobre Desenvolvimento (local, territorial e sustentável), Subdesenvolvimento (Teoria da dependência/abordagem Centro-Periferia), Políticas públicas, Economia Solidária, Criativa, Gestão Social, e Sistemas Regionais de Inovação.

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 – Capoeiruçu - CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

UM “SISTEMA LOCAL DE INOVAÇÃO”: A EXPERIÊNCIA DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA EM CACHOEIRA-BA

RESUMO

Este artigo busca relatar de forma sucinta a experiência do Programa Municipal de Educação Empreendedora – PMED, elaborado e desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação da Cachoeira. A partir do tema Empreendedorismo (individual e coletivo), da temática Educação Empreendedora, e suas contribuições na geração de trabalho, emprego e renda, a Secretaria buscou contemplar em suas ações a Educação Empreendedora como forma de contribuir com as ações integradas (multinstitucional e interinstitucional) já desenvolvidas no âmbito da Prefeitura Municipal da Cachoeira. Nesse sentido, em 2017, técnicos da Secretaria de Educação inicia a elaboração do PMED integrando uma política macro de combate ao atual cenário socioeconômico nacional. Pensado nas potencialidades do entorno, o Programa buscou agregar, a partir de uma política de integração, diferentes parceiros de desenvolvimento, tomando como referência as contribuições teóricas do Sistema Nacional de Inovação e o Sistema Regional de Inovação. Desta forma, trazendo para uma perspectiva micro, local, a Secretaria elabora um Projeto que tem a Educação Empreendedora como eixo central de suas ações, porém divididas em dois programas estruturantes, a saber: (i) introdução da educação empreendedora no ensino fundamental e a Criação do (ii) Centro Municipal de Educação empreendedora.

PALAVRAS-CHAVE:

Educação Empreendedora. Sistema Regional de Inovação. Desenvolvimento Local.

1. INTRODUÇÃO

As constantes crises no modelo de produção vigente, as ofensivas sofridas pela classe trabalhadora com perdas de direitos, e os sinais enviados pelo meio ambiente, mostrando a necessidade de adoção de novos hábitos de produção e consumo sustentáveis, faz emergir um sentimento muito conhecido por todos: a *incerteza*. No sentido de minimizar tais condições, diferentes atores sociais, vêm se debruçando sobre novas estratégias de desenvolvimento que buscam, em certa medida, superar as atuais condições. Nesse cenário, o governo, a partir de políticas de integração sistêmica entre diferentes instituições, desponta como uma possível alternativa inovadora para um desenvolvimento local sustentável

A criação de políticas públicas capazes de promover a *integração* de instituições de ensino, pesquisa, agências de fomento, órgãos públicos, atores da sociedade civil e outras instituições de transferências de tecnológicas entorno de projeto de desenvolvimento, parece caracterizar as condições necessárias para superação de um quadro de *incerteza*. O olhar lançado por diferentes *parceiros de desenvolvimento* na elaboração e execução de políticas públicas pode possibilitar a maximização de resultados, e a redução dos efeitos colaterais sobre o homem, e seu meio. Para além, ainda é possível destacar o compartilhamento da responsabilidade de todos com a “coisa pública”, com a questão social, meio ambiente e o caráter inovador da ação.

É sob essas iniciativas que repousa o conceito do *Sistema Regional de Inovação*, que pode ser entendido como, o conjunto ideal de organizações – universidades, laboratórios de pesquisas básicas, laboratórios de pesquisa aplicada, agências de transferência de tecnologias, bancos, organizações regionais de governança, pública e privada, (associações comerciais, câmeras de comércio) dentre outras – que devem demonstrar vínculos sistêmicos e comunicação interativa, através de programas em comum, combinando aprendizagem com capacidade de inovação *através de linhas de ação política pelas organizações de governança*. Rolim e Serra (2010, *apud* COOKE; MORGAN, 1998, p.1).

Compreendendo a importância de uma *política de integração sistêmica* e a necessidade de inovar em um cenário de incertezas, a Secretaria Municipal de Educação da Cachoeira buscou através do Programa Municipal de Educação Empreendedora – PMED - contribuir com partes das condições necessárias para um cenário favorável ao desenvolvimento local sustentável. Para isso, o PMED irá congrega um conjunto ideal de *parceiros de desenvolvimento* que irão atuar em dois eixos de ações: (i) a introdução da Educação Empreendedora no ensino fundamental e a criação do (ii) Centro Municipal de Educação Empreendedora.

Nessa perspectiva, esse ensaio buscar descrever as experiências iniciais dessa Política de abrangência local, e a possibilidade prática, teórica e metodológica da construção de um conceito que aqui ensaiamos, a saber: um *sistema local de inovação*. Para isso, discutiremos nos seguintes capítulos: Cachoeira: (i) *Perspectivas históricas e cenário atual*, (ii) *Possibilidades entorno de um “sistema local de inovação”*, (iii) *Uma linha de ação política comum: o programa municipal de educação empreendedora* e (iv) *Considerações*

2. CACHOEIRA: PERSPECTIVA HISTÓRICA E CENÁRIO ATUAL

Em 1531, Martim Afonso de Souza, empreende na Bahia o cultivo da cana-de-açúcar. Juntamente com a sua expedição estava Paulo Dias Adorno, responsável pelo povoamento que se deu às margens do rio Paraguaçu. Ali o fidalgo fixou moradia, entre os riachos Pitanga e Caquende. Em sua fazenda homenageou Nossa Senhora do Rosário e, a partir das atividades ali desenvolvidas, surge, em seu entorno, um povoação. No final do século XVII, em 1698, o povoado que se desenvolveu através da economia do açúcar, torna-se a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira. Sua história está intimamente relacionada à sua vizinha (irmão) São Félix; separadas apenas pelo Paraguaçu, porém unidas pela ponte D. Pedro II. “Cidades gêmeas, elas conheceram, essencialmente, a mesma posição na constelação do Recôncavo” (MARCELIN, 1996, p. 31).

Seu espaço físico compreendia uma superfície muito maior e se estendia para Oeste e Norte da zona paralela do Recôncavo baiano, a zona de transição ecológica ou agreste, onde as principais freguesias produtoras de tabaco estavam integradas ao seu Termo desde 1775. Cachoeira compreendia uma zona aninhada à borda da Baía de Todos os Santos, zona dos solos massapê onde floresceu a cultura do principal produto do Brasil Colônia, o açúcar, e a zona transitória para o sertão, onde floresceu o segundo, o fumo (NASCIMENTO, 2015).

A paisagem da antiga Vila de Nossa Senhora do Rosário, foi forjada a partir dos interesses do capital mercantil internacional. O fértil solo massapê, o clima úmido e subsumido, e a navegabilidade do Paraguaçu, contribuíram para o cultivo, primeiramente da cana-de-açúcar e, logo em seguida, do tabaco, tendo principal via de escoamento da produção, o rio. Tais características sustentariam a base da economia de Cachoeira. (OLIVEIRA, 2016).

Há exemplo de sua base econômica-agrícola, um de seus distritos, o Iguape, concentrava 80% das terras cultiváveis no século XIX (FRAGA FILHO, 2006, p. 31). Nesse mesmo contexto, sobre as antigas *plantations*, emergiram fortes estruturas constituídas em fazendas e engenhos que exploraram à terra durante todo o período em que o açúcar e o fumo eram as principais *commodities* da época (MARCELIN, 1999). Cachoeira passa a ser um dos mais importantes entrepostos da província; além de se constituir um dos principais centros de produtores de cana. (FRAGA FILHO, 2006).

O declínio da economia de Cachoeira está intimamente relacionado aos novos fenômenos que ocorreram durante o período entre os séculos XIX e XX no Brasil Colônia. Cachoeira, sendo uma das maiores produtoras do açúcar, chegando a ter 14 grandes *plantations*, comercializando o açúcar de melhor qualidade do Recôncavo da Bahia, via o declínio da economia de sua economia após a primeira metade do século XIX, em decorrência ao advento do açúcar de beterraba. Concomitantemente, ao processo da cultura açucareira, foi sendo introduzido o cultivo do tabaco, relativamente mais viável do ponto de vista econômico em relação ao *plantation* da cana-de-

açúcar. Ao mesmo tempo, o aumento do preço do tabaco no mercado internacional, contribuiu para a proliferação da cultura do tabaco em Cachoeira, São Félix e outras cidades do Recôncavo (MARCELIN, 1998, p. 40:42).

No século XIX, na Vila de Nossa Senhora do Porto de Cachoeira, no dia 25 de junho de 1822, foram dados os primeiros passos pela independência da Bahia e do Brasil. A participação de Cachoeira na luta armada pela independência, resultou no decreto provincial Lei nº 43 de 13 de março de 1837, que eleva Cachoeira à categoria de cidade e, ao mesmo tempo é homenageada com Heroica cidade. Além do reconhecimento dos seus feitos, Cachoeira destaca-se pelo seu conjunto arquitetônico herdado durante o período Brasil colônia. Nesse sentido, em 18 de Janeiro de 1971, “a Heróica” recebe o título de monumento nacional, através do decreto presidencial nº 68.045, onde no Art. 1º diz: fica erigida em Monumento Nacional a cidade de Cachoeira (...) inscrito no livro de Tombo do Patrimônio Histórico de Artístico Nacional.

Atualmente o município de Cachoeira, entre os mais importantes, é um dos menores do Estado da Bahia, com uma área de 398,5 km². Sua população estimada para o ano de 2015 foi de 34.535 mil habitantes, uma projeção de crescimento de 7,83% em relação à população de 32.026 em 2010; período em que foi aplicado o último censo. Ainda segundo dados disponíveis no IBGE, seu Produto Interno Bruto (PIB) em 2012 foi de 265.347, e vem crescendo a uma taxa média anual de 11%. No que tange ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o ano de 2010, em comparação ao ano de 2000, mostrou um crescimento de 25,39%. Apesar do crescimento do IDH, o município ainda encontra-se com nível de desenvolvimento médio, posto que, sua variação é de 0.647 (PNUD, 2013).

Apesar das relativas melhorias nos indicadores, Cachoeira concentra um cenário socioeconômico preocupante. Segundo dados do IBGE:

Em 2015, o salário médio mensal era de 1.9 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 11.3%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 93 de 417 e 76 de 417, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 2500 de 5570 e 3001 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 48.6% da população nessas condições, o que o colocava na posição 296 de 417 dentre as cidades do estado e na posição 1639 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2018).

A colonização portuguesa, baseada no modelo de produção escravista, lançou sobre o fértil solo massapé uma herança presente em sua arquitetura, culinária, artesanato, tradições religiosas de matrizes africanas, católicas, produção, dentre outras. Atualmente, Cachoeira respira e vive fragmentos de uma cultura historicamente construída e relativamente preservada pela força da lei.

Apesar de sua relativa fragilidade, o município está em uma posição geograficamente privilegiada, próximo a cidade de Feira de Santa (que possui o maior entroncamento rodoviário do país); a 110 km da capital, Salvador; mais próximo as cidades de Santo Amaro, Cruz das Almas, Maragojipe, Muritiba, São Félix, Santo Antônio e as BR-101 e 324. Sua localização facilita o acesso e diálogo com diferentes Instituições de ensino, pesquisa e tecnologias, dentre elas, o SEBRAE em Santo Antônio, SENAI em Feira de Santana, EMBRAPA em Cruz das Almas, IFBA em Santo Amaro e Santo

Antônio e as Instituições que já instaladas na cidade, UFBA, IAENE, IPHAN, e outros. Essa posição privilegia, pode contribuir para construção prática do que aqui queremos chamar de Sistema Local de Inovação. Sobre esse tema, daremos maior atenção no próximo capítulo.

3. POSSIBILIDADES ENTORNO DE UM “SISTEMA LOCAL DE INOVAÇÃO”

Nossos esforços em tentar iniciar uma breve discussão sobre a possibilidade de construção prática e teórica de um “sistema local de inovação”, parte das contribuições experimentais dos Sistemas Nacionais e Regionais de inovação. Estamos aqui ensaiando, esboçando e construindo possibilidades dentro de seus limites teóricos e práticos. Nossa pretensão é pensar caminhos para o desenvolvimento local a partir daquilo que lhe é próprio, endógeno.

O Sistema Regional de Inovação (SRI) tem sua origem no encontro de duas vertentes teóricas: uma delas está diretamente relacionada ao conceito de sistemas de inovação, em particular, aquela relacionada aos Sistemas Nacionais de Inovação (SNI), que tem sua origem nos trabalhos sobre inovações tecnológicas. Essa perspectiva entende que as inovações possuem um importante papel no processo de desenvolvimento econômico. Do outro lado, a segunda vertente, o regionalismo, concebe o desenvolvimento regional a partir da congregação de diferentes atores, proporcionando a utilização intensiva e coordenada do conjunto de conhecimentos existentes na região. (ROLIM & SERRA, 2010).

Desta forma, o SRI pode ser entendido como, o conjunto ideal de organizações – universidades, laboratórios de pesquisas básicas, laboratórios de pesquisa aplicada, agências de transferência de tecnologias, bancos, organizações regionais de governança, pública e privada, (associações comerciais, câmeras de comércio) dentre outras – que devem demonstrar vínculos sistêmicos e comunicação interativa, através de programas em comum, combinando aprendizagem com capacidade de inovação *através de linhas de ação política pelas organizações de governança*. Rolim e Serra (2010, *apud* COOKE; MORGAN, 1998, p.1).

O conceito do SRI permite pensarmos o papel dos governos como articuladores e mobilizadores institucionais na construção e manutenção dos sistemas de inovação. As políticas públicas, como linhas de ação de governo, podem buscar a integração de diferentes instituições locais e regionais entorno de programas comuns. A congregação de diferentes atores de desenvolvimento, cada um com sua especificidade, e o conhecimento sobre as potencialidades de uma região, entorno de um projeto político, ampliam a capacidade de desenvolvimento endógeno.

Nessa perspectiva, um conceito que contemple um recorte local, mais restrito (municipal), nós força pensar quais são as condições necessárias para o desenvolvimento de uma ação política transversal que congregue diferentes atores locais entorno de um projeto de desenvolvimento socioeconômico? A experiência do PMED parece caminhar no sentido de dar os primeiros passos para construção de um possível conceito, a saber, um “Sistema Local de Inovação”,

4. UMA LINHA DE AÇÃO POLÍTICA COMUM: O PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA – PMED.

Em 2017, a nova gestão da Secretaria de Educação do município de Cachoeira, inicia um diagnóstico sobre a estrutura da rede municipal de ensino. A partir desse estudo, observando as necessidades municipais e o atual quadro político e econômico do país, a Secretaria desenvolveu uma série de ações na tentativa de buscar melhorias estruturais de médio e longo prazo. Dentre as ações desenvolvidas, contemplando diferentes eixos temáticos, destaca-se o PMED.

Observando que o Empreendedorismo vem sendo um dos principais vetores de desenvolvimento de países e regiões, a Secretaria traz a temática da Educação Empreendedora como eixo principal das ações do PMED. Desta forma, o Programa tem como objetivo contribuir com o desenvolvimento sustentável local, através da geração de trabalho, emprego e renda, contemplando as potencialidades endógenas, fortalecendo a economia solidária, criativa e o empreendedorismo. A fim de alcançar tal proposta, os seguintes objetivos específicos foram traçados, conforma tabela abaixo:

Nº	Ações	Quant.
01	Elaboração da Proposta de Projeto de Lei	01
02	Selar contratos de cooperação técnica	05
03	Aderir as Políticas Públicas de fomento	-
04	Criação do Centro Municipal de Educação Empreendedora	01
05	Inserir o Programa no PPA/2018	01
06	Criação do fundo municipal de fomento aos empreendimentos coletivos.	01
07	Introduzir na matriz curricular a disciplina de educação empreendedora	01
08	Criação do Conselho municipal de Economia Solidária	01

Tabela 01: Ações de sustentação do Programa Municipal de Educação Empreendedora
Fonte: elaboração própria, 2017

No que tange a sua metodologia, o PMED atuará fundamentado em três princípios básicos: *sustentabilidade* (ambiental e econômica), *emancipação*, e o *desenvolvimento*. Desta forma acreditamos que tal Política enquadra-se na agenda das atuais discussões sobre iniciativas públicas que verdadeiramente garantam melhorias na qualidade de vida e bem-estar social. Sob essas condições, o Programa atuará em duas linhas de ações centrais, a saber: (i) a introdução da Educação Empreendedora no Ensino Fundamental e (ii) a criação do Centro Municipal de Educação Empreendedora. Espera-se que tais ações, associadas a um conjunto de medidas (Tabela 01), devam garantir as condições necessárias para o sucesso do Programa.

Sobre a Educação Empreendedora, o PMED tomou como referência, as contribuições do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, que entende a temática como uma “ressignificação das práticas de aprendizagem, de forma a considerar os seguintes fundamentos:

(a) a autonomia para aprender, (b) o desenvolvimento de atributos, e a (c) atitudes essenciais, buscando incentivar a competência na gerência de sua vida (pessoal, profissional e social)” (SEBRAE, 2017).

Sobre a segunda linha de ação, o Centro Municipal de Educação Empreendedora, deverá desenvolver ações sistêmicas contemplando: (i) a identificação das potencialidades produtivas do município, (ii) estudos de viabilidade econômica, (iii) percepção e ampliação dos empreendimentos coletivos e privados junto ao mercado, (iv) incubação, (v) cursos de qualificação técnica e profissionalizantes, (vi) treinamentos, (vii) orientações em gestão, dentre outras ações. Os serviços terão a contribuição e apoio das possíveis instituições parceiras, evidenciado a natureza multistitucional e interinstitucional do Projeto: O Centro Popular de Economia Solidária - CESOL, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB/INCUBA, o Instituto Adventista de Educação do Nordeste - IAENE/FADBA, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI-(Ba), SEBRAE e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA. Cada qual, em sua expertise, cederá, reservadamente, suas tecnologias e metodologias no sentido de promover de forma articulado e sistêmica, as ações necessárias ao alcance dos objetivos propostos por esse Projeto.

Nº	Serviços	Possíveis parceiros	Finalidade
01	Educação Empreendedora para empresários. Lei 123/2016 e Curso de qualificação.	SEBRAE	Ampliar a participação das empresas no mercado, aperfeiçoando os modelos de gestão e profissionalização.
02	Plano de negócio e incubação	IAENE/FADBA	Desenvolver a incubação de empreendimentos privados, idéias suporte em inovação. Estudos de viabilidade econômica e cursos de qualificação.
03	Incubação	UFRB/INCUBA	Oferecer suporte técnico, gerencial, mercadológico, formação complementar aos empreendedores coletivos, contribuindo para o processo de inovação, acesso a novas tecnologias e fortalecimento da economia solidária.
04	Mapeamento, estudos, exposição e fomento.	CESOL	Fortalecer o movimento da economia solidária, contribuindo com a ampliação dos empreendimentos coletivos no mercado local e o fortalecimento de novos arranjos produtivos.
05	Qualificação profissional	SENAI	Oferecer o serviço de qualificação técnica e profissionalizante.
06	Soluções Tecnológicas e cursos	EMBRAPA	Contribuir com a inovação tecnológica focada na geração de conhecimento e tecnologia para agropecuária.

Quadro 01: Atribuições do Centro Municipal de Educação Empreendedora e seus parceiros

Fonte: elaboração própria, 2017

Além dos possíveis *parceiros de desenvolvimento* citados, o caráter interinstitucional do Programa buscará uma ampla articulação com as seguintes Secretarias municipais: (i) Educação, (ii) Cultura,

(iii) Assistência Social, e (iv) Trabalho-Emprego-Renda e Agricultura. A escolha dessas Secretarias contempla parte do potencial econômico do município, respeitando as especialidades das áreas. Ademais, fortalece a importância de uma ação interinstitucional dando um caráter legítimo de Política pública. Nesse sentido, as secretarias deverão aderir aos programas federais, estaduais e elaborar planos de ação que contemplam a temática proposta pela Política de Educação Empreendedora. Entendemos que essas ações promoverão as forças necessárias para o movimento dessa engrenagem que resultará na geração de trabalho, emprego e renda.

Tomando como referência os objetivos, localidade, natureza e finalidade, propostos pelo Programa, serão contemplados os seguintes públicos: (i) associações e cooperativas que atuam em diferentes cadeias produtivas, (ii) empresários de pequeno porte e pequenos empreendedores individuais, (iii) prioritariamente, crianças e jovens da rede municipal de educação e o público em geral.

Compreendendo a importância de uma *política de integração sistêmica* e a necessidade de inovar em um cenário de incertezas, a Secretaria Municipal de Educação da Cachoeira busca no PMED contribuir com um cenário favorável ao desenvolvimento local sustentável. Para isso, o PMED buscará congregiar um conjunto ideal de *parceiros de desenvolvimento* que poderão atuar de forma colaborativa com o desenvolvimento local a partir do aqui chamamos de “Sistema Local de Inovação”

5. CONSIDERAÇÕES

Esse artigo buscou descrever e explicitar os primeiros passos da experiência da Política de Educação Empreendedora do município de Cachoeira, seus objetivos, metodologias e parceiros. Para além, nossa expectativa é de ter, nas futuras práticas do PMED, a oportunidade de teorizar um conceito em construção, qual seja: um “Sistema Local de Inovação”. Entretanto, observamos que a experiência possibilitou a vivência de limitações, desafios, e o sentimento de esperança, tendo em vista o atual cenário socioeconômico de Cachoeira.

Apesar dos avanços na administração da máquina pública, decorrente da introdução de novas tecnologias, aparelhamento do setor, e reformas no seu modelo de gestão, constatamos que as engrenagens do setor público e o excesso de burocracia, dificultam uma maior agilidade na efetivação das ações do PMED.

Além das dificuldades gerenciais, inerentes ao setor público, será um desafio para os coordenadores do Programa, congregiar diferentes instituições entorno de um Projeto. Convergir diferentes metodologias e visão de mundo requer um esforço conjunto onde os interesses individuais terão que dá espaço ao coletivo.

Ademais, um grande desafio para o PMED é sua luta contra o tempo. Tempo esse, que estar contra aqueles que esperam ansiosos por soluções sustentáveis diante do atual contexto (queda

da renda e sua concentração, desemprego, enfraquecimento da classe trabalhadora, instabilidade econômica, dentre outros).

Esperamos ver no PMED uma ação viável na tentativa de melhoria da qualidade de vida do cachoeirano, e na consolidação de uma estratégia teoria/prática real. Quando afirmamos querer promover o desenvolvimento sustentável local, estamos sim, (re)afirmando o anseio da população em Políticas sociais que aproximem o Estado a vida social, seja através das ações de educação, aumento e distribuição de renda, e acesso a saúde de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Da administração pública burocrática à gerencial**. In: BRESSER-PEREIRA, L. C; SPINK, P. (Org) *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998

COSTA PINTO, L.A. Recôncavo: laboratório de uma experiência humana. In: BRANDÃO, M. A. Recôncavo da Bahia. **Sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998, pp.101-183.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910) /Walter Fraga Filho. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

IBGE. **Cachoeira (Ba)** – IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=290490>. Acesso em 30 de mar. 2016

PNUD. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.

IPHAN. **Cachoeira (Ba)**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/112>> Acesso em 02 de fev. 2017.

LOPES, Roberto Paulo Machado. **Universidade, externalidades e desenvolvimento regional**: As dimensões socioeconômicas da expansão do ensino superior em Vitória da Conquista. 2012. Tese (Doutorado em Geografia, Planificação Territorial e Gestão Ambiental). Universidade de Barcelona, 1998.

MARCELIN, Louis H. 1996. **A Invenção da Família Afro-Americana: Família, Parentesco e Domesticidade entre Os Negros do Recôncavo da Bahia**. Tese de Doutorado. PPGAS, Museu Nacional. Rio de Janeiro: UFRJ.

ROLIM, Cássio Frederico Camargo. **Universidade e desenvolvimento regional**: o apoio das instituições de ensino superior ao desenvolvimento regional./Cássio Frederico Camargo Rolim, Maurício Aguiar Serra./ 1ª ed. (ano 2009), 1ª reimpr./Curitiba: Juruá, 2010.

ROLIM,C. & Kureski,R. (2006) **Impacto Econômico de Curto Prazo das Universidades Estaduais Paranaenses**. Curitiba. Relatório de Pesquisa realizada para a Secretaria e Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do estado do Paraná.

SANTOS, M. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, M. A. Recôncavo da Bahia. Sociedade e economia em transição. **Salvador**: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998, pp.59- 99.

SEBRAE. **Educação Empreendedora para todos os níveis de ensino**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/Programas/educacao-empreendedora-para-todos-os-niveis-de-ensino,d809d24a8321c510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em 30 de mar. 2017